

Militares: Regime de Incentivos ao voluntariado, que prevê redução de benefícios, em vigor na próxima semana

Lisboa, 27 Set (Lusa) - As alterações ao regime de incentivos aos militares, que prevêem a diminuição de apoios à reintegração e a redução do prazo para concorrer à Função Pública, começam a vigorar em Outubro, determina um diploma hoje publicado.

Lusa

11:54 | Quinta-feira, 27 de Setembro de 2007

Lisboa, 27 Set (Lusa) - As alterações ao regime de incentivos aos militares, que prevêem a diminuição de apoios à reintegração e a redução do prazo para concorrer à Função Pública, começam a vigorar em Outubro, determina um diploma hoje publicado.

O novo Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, publicado hoje em Diário de República, prevê que o subsídio de reintegração seja de um duodécimo da remuneração anual por cada ano de serviço, para todos os militares que tenham estado, pelo menos dois anos nas Forças Armadas.

Até agora, os militares com uma carreira superior a seis anos, inclusive, tinham direito a um subsídio de reintegração equivalente a dois duodécimos da remuneração anual por cada ano de serviço.

O novo articulado do diploma reduz ainda de seis para dois anos o período em que os militares com o mínimo de três de serviço, depois de terminado o contrato, beneficiam de 30 por cento do total de vagas para ingresso nos quadros de pessoal civil das Forças Armadas e das forças e serviços de segurança, para os quais têm prioridade em casos de igualdade de classificação com outros candidatos.

O Ministério da Defesa justifica as alterações com a necessidade de adequar o regulamento "às novas realidades" e de corrigir "desequilíbrios no regime em vigor, por se revelarem inadequados ou mesmo contraditórios com uma política de gestão rigorosa e criteriosa dos recursos disponíveis".

Para o presidente da Associação Nacional de Contratados do Exército, Rosalino Soares, esta medida levará à saída de efectivos militares, uma vez que passa a não haver "grande vantagem em permanecer" nas Forças Armadas.

"Estas medidas abrem caminho ao serviço militar obrigatório porque se o mercado de trabalho melhorar vamos ter militares a abandonar as Forças Armadas e por outro lado a ser preciso convocar jovens para o serviço militar obrigatório", disse Rosalino Soares à agência Lusa.

A lei dos incentivos militares foi criada em 2000 para atrair jovens para as Forças Armadas e já tinha sido alvo de uma primeira alteração em 2004.

CFF

Lusa/Fim

Palavras-chave [politica](#) [Portugal](#)